

**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR  
COMANDO GERAL**



**BOLETIM GERAL  
DO  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR**

**Nº 225/2024**

**Macapá – AP, 02 de Dezembro de 2024**

## BOLETIM GERAL N.º 225/24

### 1ª PARTE LEGISLAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

#### 1. PORTARIA N.º 890, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2024.

**O Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Amapá**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 3º da Lei Complementar n.º 0084, de 07 de abril de 2014, e tendo em vista o disposto no Decreto Governamental n.º 7.490, de 07 de novembro de 2024, publicado no Diário Oficial do Estado – DOE n.º 8.285, de 07 de novembro de 2024, e o Decreto Governamental n.º 0236, de 15 de janeiro de 2019, publicado no DOE n.º 6.840, de 15 de janeiro de 2019, que Regulamenta a Lei de organização Básica do CBMAP,

#### **RESOLVE:**

Instituir a regulamentação do estágio probatório com base na avaliação de desempenho das praças integrantes do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amapá e dar outras providências.

### CAPÍTULO I DOS CONCEITOS E DAS DEFINIÇÕES

**Art. 1º** O estágio probatório mediante a avaliação de desempenho das praças integrantes do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amapá, sua implementação e aplicação, será realizado nos termos e regras estabelecidas nesta portaria.

§ 1º Serão avaliados os militares estaduais titulares de cargo efetivo e não estáveis, não se aplicando aos temporários ou àqueles que se encontrem no exercício de cargo de provimento em comissão, função de confiança, adidos, cedidos ou à disposição de cargo de natureza civil ou militar.

§ 2º A avaliação de desempenho será realizada individualmente e obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade pública, eficiência, contraditório, ampla defesa e devido processo legal.

§ 3º O curso de formação, no qual o militar está na condição de aluno-soldado, constitui etapa integrante do estágio probatório, cujas regras de avaliação obedecerão ao regramento de comportamento e disciplinar dos centros de formação, admitindo-se em sequência e no tempo restante à avaliação de desempenho.

§ 4º O disposto no § 3º deste artigo será aferido na ata de conclusão do curso de formação.

**Art. 2º** Para efeitos desta portaria, considera-se:

I - Estágio probatório: o processo que visa aferir se o militar recém-concursado possui a aptidão, conduta e capacidade suficientes para o desempenho do cargo efetivo, realizado no período de 3 (três) anos de tempo de efetivo serviço, no qual a Administração Militar observa e avalia a conveniência ou não da praça permanecer nas fileiras da instituição militar;

II – Avaliação de desempenho: consiste no instrumento avaliador utilizado periodicamente durante o Estágio Probatório, destinado a apurar, mediante observações e inspeções regulares, a aptidão profissional, a capacidade técnica e as condições comportamentais do militar estadual praça no desempenho do cargo no qual foi investido, baseado nos seguintes conceitos:

a) Conduta ilibada na vida pública e privada: entende-se, na vida pública, o modo de agir com honestidade, lealdade, boa-fé e de acordo com a lei, e, na vida privada, viver em família, com bons modos, sem escândalos e confusões, bem como garantir assistência moral e material ao seu lar;

b) Aptidão para a carreira militar: consiste na inequívoca demonstração da aptidão física, técnica e especializada para realização das atividades militares delegadas e na plena adequação às regras e preceitos decorrentes da hierarquia e disciplina;

c) Disciplina: compreende a rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições que sustentem as Instituições Militares e que coordenam seu funcionamento regular e harmônico;

d) Assiduidade e pontualidade: comparecimento com regularidade e exatidão (pontualidade) ao lugar onde deve desempenhar seus deveres ou funções;

e) Interesse e dedicação ao serviço: consiste na dedicação exclusiva, excetuadas as previstas em lei, à obrigação do militar para o cumprimento da jornada de trabalho, de maneira a demonstrar interesse pelo trabalho e esforço pessoal em aperfeiçoar-se cada vez mais para assumir novos encargos e responsabilidades;

f) Eficiência: cumprir com desempenho as ordens incumbidas, bem como alcançar as metas profissionais que lhe forem estabelecidas, realizando suas tarefas com capricho e atenção, visando à qualidade e à eficiência do serviço.

Parágrafo único. Os conceitos serão demonstrados pela avaliação de desempenho, baseada em fatos, denúncias, processos administrativos e judiciais, documentos e impressões dos avaliadores relacionados à conduta do avaliado, bem como pelo teste de aptidão física.

**Art. 3º** A avaliação de desempenho dos soldados, para recomendação em estágio probatório, se iniciará após o curso de formação e se estenderá até completar 3 (três) anos de efetivo serviço no exercício exclusivo da atividade bombeiro militar.

Parágrafo único. A estabilidade somente se adquire mediante aprovação nas avaliações de desempenho e respectiva recomendação decorrente do estágio probatório.

**Art. 4º** São objetivos da avaliação de desempenho de estágio probatório:

- I – Habilitar a tomada de decisão quanto à permanência ou não da praça no quadro hierárquico e funcional da instituição militar;
- II – Conferir à praça recomendação em estágio probatório para a estabilidade no serviço militar estadual;
- III – Contribuir para a implementação do princípio da eficiência na Administração Pública Militar do Poder Executivo Estadual.

## CAPÍTULO II DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

### Seção I Do procedimento

**Art. 5º** O processo de avaliação de desempenho de estágio probatório será instaurado pela organização militar à qual o militar está diretamente subordinado.

§ 1º O Comandante e o Subcomandante da organização militar à qual o militar em estágio probatório estiver subordinado ficarão responsáveis, individualmente, pela avaliação e preenchimento do formulário de avaliação de desempenho, de modo que o militar obterá como nota final a média entre ambas as avaliações.

§ 2º O militar que venha a ser movimentado para outra organização militar, durante determinado ciclo avaliativo, deverá ter sua avaliação efetuada pelo Comandante e pelo Subcomandante imediatos da unidade onde permaneceu lotado por maior número de dias.

**Art. 6º** A avaliação de desempenho do estágio probatório será aferida em 5 (cinco) ciclos avaliativos:

I - O primeiro ocorrerá após a conclusão do curso de formação, compreendido entre o efetivo exercício da atividade militar na unidade de lotação até o 12º (décimo segundo) mês, contados da matrícula;

II - O segundo ocorrerá a partir do 13º (décimo terceiro) mês até o 17º (décimo sétimo) mês de efetivo serviço;

III - O terceiro ocorrerá a partir do 18º (décimo oitavo) mês até o 22º (vigésimo segundo) mês de efetivo serviço;

IV - O quarto ocorrerá a partir do 23º (vigésimo terceiro) mês até o 27º (vigésimo sétimo) mês de efetivo serviço;

V - O quinto ocorrerá a partir do 28º (vigésimo oitavo) mês até o 32º (trigésimo segundo) mês de efetivo serviço.

§ 1º A sistemática de avaliação será realizada entre o início de um ciclo e o término do outro, ressalvado o disposto no inciso I deste artigo.

§ 2º A homologação do ciclo se dará no prazo máximo de até trinta dias, a contar do recebimento pela diretoria de recursos humanos.

§ 3º As avaliações terão como base a atuação profissional apresentada pelo militar durante o período do ciclo avaliativo.

§ 4º Às autoridades avaliadoras incumbem, ao final de cada ciclo, dar ciência ao militar acerca do resultado do formulário de avaliação de desempenho.

§ 5º A avaliação será conferida e assinada pelo militar avaliado.

§ 6º Caso o militar avaliado se recuse a tomar ciência da avaliação, o fato deverá ser registrado no formulário de avaliação de desempenho, com aposição das assinaturas dos avaliadores.

§ 7º O Comandante e o Subcomandante da OBM de lotação do militar terão 15 (quinze) dias, contados do último dia do ciclo, para proceder com a conclusão da avaliação do militar e, finalizada esta, encaminhar no mesmo prazo o formulário de avaliação de desempenho à diretoria de recursos humanos.

§ 8º Em cada ciclo de avaliação, o militar poderá interpor recurso contra o resultado da avaliação à Comissão de Recursos do Estágio Probatório e, em última instância, ao Comandante-Geral.

**Art. 7º** Compete à diretoria de recursos humanos, após cumpridos todos os ciclos avaliativos, a homologação do Estágio Probatório, que deverá ser realizada em até sessenta dias do término do último ciclo.

Parágrafo único. A diretoria de recursos humanos poderá indicar ao Comandante-Geral a instituição de uma Comissão de Avaliação de Estágio Probatório para elaboração de parecer conclusivo e encaminhamentos referentes à homologação.

**Art. 8º** O Comandante-Geral, diante da homologação do estágio probatório, poderá acatá-la, rejeitá-la ou solicitar ajustes.

Parágrafo único. Estando a homologação do estágio probatório sem vícios, procederá com as medidas necessárias à estabilidade dos militares recomendados.

**Art. 9º** Os formulários de avaliação têm caráter confidencial e deverão ser encaminhados de maneira restrita às autoridades competentes.

**Art. 10.** Para fins de avaliação dos conceitos dispostos nas alíneas do inciso II, art. 2º, será atribuída pontuação de 0 (zero) a 10 (dez) para cada conceito durante cada avaliação.

§ 1º Será aprovado o militar que obtiver, no resultado de cada ciclo da avaliação de desempenho, média igual ou superior a 70% dos pontos possíveis.

§ 2º Será reprovado no ciclo e, consequentemente, não recomendado no estágio probatório o militar quando:

I - Vencidos quaisquer dos ciclos, não alcançar a média de que trata o § 1º deste artigo;

II - Receber notas iguais ou menores que 3:

a) em três ciclos, consecutivos ou não, da avaliação de desempenho;

b) em um mesmo conceito, em dois ciclos consecutivos, da avaliação de desempenho;

III - independentemente de ter alcançado a média necessária para sua aprovação, for considerado desertor;

**(Continuação do Boletim Geral nº 225 de 02 dezembro de 24)**

IV - ao final do quinto ciclo, obtiver índice inferior a 70% da nota do teste de aptidão física.

§ 3º O disposto no inciso IV do parágrafo anterior poderá ser aplicado de forma superveniente aos militares não recomendados na inspeção de saúde ou devido a impedimentos legais, sendo aplicado tão logo cesse o motivo do impedimento.

**Art. 11.** A avaliação de desempenho é operacionalizada por intermédio da diretoria de recursos humanos, que deve fornecer:

I – Relação dos militares a serem avaliados;

II – Modelo dos formulários a serem utilizados durante todo o processo;

III – Indicação dos prazos referentes ao cumprimento de suas etapas;

IV – Orientações necessárias ao preenchimento e controle dos formulários;

V – Apuração dos resultados;

VI – Emissão de relatórios;

VII – Informações que subsidiem os processos de exclusão dos militares inaptos.

**Art. 12.** Os prazos contidos nesta portaria serão computados excluindo o dia do início e incluindo o último dia.

**Seção II****Do Contraditório e da Ampla Defesa**

**Art. 13.** O militar não recomendado no estágio probatório será submetido ao processo administrativo disciplinar, observando-se a ampla defesa e o contraditório.

Parágrafo único. O processo administrativo disciplinar será instaurado pelo Comandante-Geral, mediante apresentação da homologação do estágio probatório pelo órgão de pessoal ou recursos humanos.

**Art. 14.** O processo administrativo disciplinar referente ao estágio probatório terá um prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de sua instauração, para a conclusão de seus trabalhos, inclusive remessa de relatório.

§ 1º O Comandante-Geral da corporação, por motivos excepcionais, pode prorrogar em até 20 (vinte) dias o prazo de conclusão dos trabalhos.

§ 2º O processo administrativo disciplinar deve seguir, no que couber, os mesmos trâmites adotados para os processos disciplinares ordinários constantes nas normas disciplinares das corporações militares.

**Seção III****Do Recurso**

**Art. 15.** O militar poderá interpor recurso administrativo, direcionado à Comissão de Avaliação de Recurso, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da ciência da avaliação.

§ 1º A Comissão de Avaliação de Recurso será formada pelas seguintes autoridades:

I - Diretor de Recursos Humanos;

II - Controlador;

III - Comandante Operacional.

§ 2º O membro mais antigo presidirá os trabalhos da Comissão de Avaliação de Recursos do Estágio Probatório.

§ 3º A Comissão de Avaliação de Recursos decidirá o recurso administrativo no prazo de 10 (dez) dias.

**Art. 16.** Na hipótese de deferimento parcial ou indeferimento do recurso administrativo pela Comissão de Avaliação de Recursos, o militar interessado poderá apresentar novo recurso, devidamente justificado, direcionado ao Comandante-Geral, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da ciência do resultado.

§ 1º O Comandante-Geral decidirá o recurso administrativo no prazo máximo de 10 (dez) dias.

§ 2º Na ausência do titular, caberá ao substituto decidir o recurso administrativo de que trata este artigo.

**Seção IV****Dos Direitos do Militar Avaliado**

**Art. 17.** É assegurado ao militar avaliado:

I – Conhecer as normas, critérios, conceitos e procedimentos a serem utilizados no processo de avaliação;

II – Acompanhar todos os atos que tenham por objetivo a avaliação de seu desempenho;

III – Manifestar-se aos avaliadores, em meio formal, sobre as suas condições de trabalho, se considerar necessário;

IV – Ser notificado do resultado final da avaliação de desempenho;

V – A instauração de processo administrativo disciplinar em caso de reprovação no estágio probatório.

**CAPÍTULO III****DA LOTAÇÃO DOS MILITARES EM ESTÁGIO PROBATÓRIO**

**Art. 18.** Os soldados concludentes do curso de formação serão distribuídos nas unidades militares da capital e do interior do Estado do Amapá, observando o critério de antiguidade obtido no respectivo curso e o interesse público.

§ 1º Os militares que forem distribuídos para as unidades do interior do estado farão jus ao período de trânsito e instalação, conforme lei específica.

§ 2º Os militares em estágio probatório deverão ser distribuídos e efetivados essencialmente nas unidades operacionais das instituições, com o intuito de colocar em prática e fixar os conhecimentos aprendidos no curso de formação, além de propiciar a devida adaptação à carreira militar.

#### **CAPÍTULO IV** **DA SUSPENSÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO**

**Art. 19.** O estágio probatório ficará suspenso, sendo retomado a partir do término do impedimento, nos seguintes casos:

I – Nomeação para cargo de provimento em comissão ou função de confiança;

II – Cessão ou disposição do servidor para o exercício de cargo de Natureza Especial, Cargos de Direção Superior, de níveis 4 e 5, ou equivalentes em outro órgão ou ente federativo;

III – aos alunos-soldados que tiverem deferimento de trancamento da matrícula em curso de formação;

IV – Para tratamento de saúde de pessoa da família e saúde própria, não decorrente de acidente de serviço;

V – Para recuperação de saúde própria ou de causa impeditiva, quando pendente a realização do teste de aptidão física;

VI – A ausência de realização ou remessa intempestiva da avaliação de desempenho, quando os militares tiverem cedidos no exercício de atividade de natureza militar.

#### **CAPÍTULO V** **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 20.** O formulário de avaliação de desempenho será instituído mediante ato complementar a esta portaria, observando os requisitos de conduta ilibada na vida pública e privada, aptidão para a carreira militar, disciplina, assiduidade, interesse e dedicação ao serviço, e eficiência, em consonância com o Estatuto dos Militares do Amapá.

Parágrafo único. Os requisitos a que se refere o **caput** deste artigo serão discriminados no formulário de avaliação de desempenho, que conterá os critérios, parâmetros e pontuações necessários à realização da avaliação.

**Art. 21.** Será efetivado o militar que, no cargo, cumprir o período de estágio probatório e obtiver recomendação nos termos desta portaria.

**Art. 22.** Os militares que, em período de estágio probatório, forem nomeados para cargos de natureza militar deverão ser avaliados pelos Chefes e Adjuntos, ou correspondentes, do órgão ao qual estão vinculados, respeitados os requisitos desta portaria.

Parágrafo único. A ausência de realização ou remessa intempestiva da avaliação de desempenho pelo chefe e adjunto imediato acarretará a suspensão do estágio e, conseqüentemente, o prolongamento do tempo de avaliação.

**Art. 23.** O descumprimento dos prazos estabelecidos ou a atuação irregular ou ilegal nos procedimentos afetos ao estágio probatório sujeita o infrator às sanções administrativas cominadas no regulamento disciplinar e demais legislações vigentes.

**Art. 24.** A documentação resultante de todo o processo envolvendo a avaliação do estágio probatório será arquivada no órgão de pessoal ou recursos humanos, sendo permitida a consulta a qualquer tempo, sem prejuízo as regras de desfazimento de documentos.

**Art. 25.** O resultado do estágio probatório deve ser registrado nos assentamentos funcionais de cada militar avaliado.

**Art. 26.** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Pelsondré Martins da Silva– Cel QOCBM**

Comandante-Geral do CBMAP

(Cód. verificador: 341254396. Cód. CRC: 2D947B5 em 02/12/2024)